

| 415 | SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES E FORMA URBANA:

ALGUMAS REFLEXÕES

Vanderli Custódio, Ana Cecília Mattei de Arruda Campos, Silvio soares Macedo, Eugênio Fernandes

Queiroga

Resumo

Este texto das áreas de Urbanismo, Geografia Urbana e Paisagismo, objetiva tecer algumas reflexões sobre a relação entre sistemas de espaços livres e forma urbana. Para tanto, discorre acerca dos sistemas de espaços livres, da forma urbana que é a cidade, a forma urbana no Brasil e dos seus agentes produtores. Com o apoio teórico de Magnoli (1982), Santos (2002) e Habermas (1984, 2007), espera-se refletir sobre a necessidade de gestão dos sistemas de espaços livres urbanos.

Palavras-chaves: sistemas de espaços livres, forma urbana, gestão.

Introdução

Tem como objetivo explicitar de modo introdutório os processos de produção da forma urbana brasileira contemporânea, seus principais agentes e manifestações tanto no contexto de seu sistema de espaços livres como nas suas estruturas morfológicas. Tem-se como princípio que a forma urbana brasileira em especial das cidades de médio e grande porte está em constante processo de transformação e expansão e que a cada ciclo socioeconômico novas manifestações são associadas às estruturas existentes tanto pela substituição de estruturas como pela construção e adição de novas. Enfatizam-se os processos contemporâneos de dispersão urbana física e funcional, de verticalização, da construção constante de estruturas viárias de porte, da expansão das áreas de lazer metropolitanas e urbanas além de seus limites físicos, a suburbanização acentuada e as questões ligadas à conservação e preservação de elementos naturais e à dinâmica ecológica.

No caso adotam-se os espaços livres como elemento de estudo, referência e categoria de análise para o entendimento da cidade e sua adequação para o desenvolvimento da vida cotidiana e da realização da esfera pública (ARENDDT, 1991). Considera-se que toda a cidade tem um sistema próprio de espaços livres, resultante e específico de seu processo de formação, do desenvolvimento de seu arruamento, do parcelamento e formação dos quarteirões, da constituição da volumetria construída, das demandas e processos de produção da sociedade que aí se instala.

Por outro lado a estruturação da forma urbana está intrinsecamente vinculada às condições socioeconômicas e ambientais em que cada sociedade se encontra, dependendo

das limitações e possibilidades econômicas, da distribuição de renda, das formas de parcelamento e propriedade, do acesso à terra urbana, dos padrões culturais, da dinâmica ecológica existente, dos instrumentos reguladores formais pertinentes e suas possibilidades de aplicação, da gestão pública sobre a cidade e de suas continuidades e descontinuidades, bem como dos recursos técnicos disponíveis.

Não se tem um controle claro sobre esta estruturação, que está em constante processo de transformação, dependendo totalmente das lógicas do mercado imobiliário formal e informal e da população em seus processos de apropriação da terra urbana. As mudanças resultam em soluções espaciais mais ou menos adequadas para a realização das atividades urbanas dependendo de diversos fatores como, limitações e injunções políticas, oportunismos, corrupção, descontinuidade administrativa, desengajamento e engajamento popular, falta de capacidade do corpo técnico e político, etc.

Os sistemas de espaços livres

Os sistemas de espaços livres são objeto de nossos estudos há quase uma década, porém ainda permitem aprofundamentos enquanto elementos estruturadores da forma urbana. Trata-se da idéia básica de Magnoli (1982): *“O Espaço Livre é todo espaço não ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso”*, assim o que os diferencia é a presença ou ausência de volumetria, de edificação confinada por teto ou paredes. Toda cidade é constituída por espaços livres e espaços edificados, numa relação de vazios e cheios, de áreas abertas e fechadas. Os sistemas de espaços livres compreendem todos os espaços livres de uma cidade, sejam públicos ou privados, produzidos de modo formal ou informal. São ruas, praças, parques, calçadas, quintais, campinhos de futebol, marquises etc.

Na cidade contemporânea o surgimento da estrutura básica dos espaços livres está diretamente vinculado às formas de propriedade, parcelamento do solo, possibilidades de renda e construção dos proprietários, tanto no caso de desmembramento de glebas com criação de novos trechos de malha viária, quanto no caso dos lotes por sobre os quais serão inseridas as construções. Os espaços livres são elementos estruturadores fundamentais, sendo responsáveis entre outros pelas condições básicas de circulação de veículos e pedestres, iluminação e aeração das construções.

A produção dos espaços livres públicos é realizada de acordo com a disponibilidade de recursos e interesses dos agentes envolvidos, dependendo sempre das políticas públicas adotadas e influenciadas por referências culturais. Lembrando ainda dos espaços livres privados, alvo de poucos estudos, que apresentam conexões com os espaços livres públicos, sobretudo, os de caráter ambiental.

Os sistemas de espaços livres, sobretudo os públicos, significam uma possibilidade de realização da esfera pública – deveriam ser resultado e alvo de políticas públicas e gestão urbana. Entretanto, em inúmeros casos, os espaços livres são resultado de ações pontuais.

Como os sistemas de espaços livres se articulam com a forma urbana? Eles são elementos constitutivos dessa forma que é uma forma espacial.

A forma espacial urbana

A forma espacial¹ é entendida como resultado e fator social, pois é oriunda do trabalho dos homens organizados em sociedade, é prenhe de intencionalidades e simbolismos; não é mera coisa, oriunda da natureza (SANTOS, 2002, p. 64.). A forma espacial pode ser edifício, rua, praça, bairro, cidade, conjunto de cidades, etc.

A forma pode conter outras formas, a cidade contém inúmeras formas e está contida em outras tantas. Tratando de espaço, não estamos falando de simples geometria espacial, de mero espacialismo e sim de sistema complexo (MORIN, 2008), que compreende tanto a complexidade funcional (relativa à função que a forma desempenha) quanto a complexidade estrutural (relativa ao conjunto de informações, de elementos que a compõe) (MOLES, 1971, p. 78, *apud* SANTOS, 2002, p. 69). Tão mais complexa estruturalmente é a forma, quanto mais apta estaria a dar respostas rápidas e eficazes. Pesquisa-se, portanto, como as cidades brasileiras (formas espaciais que são) estariam aptas a dar quais tipos de respostas? A quem?

O Movimento Moderno na arquitetura e urbanismo consolidou o paradigma “forma-função”, entretanto houve diferentes correntes teóricas e formas de produção que se

¹ Conforme Santos, M. (2005, p.62): “Um problema analítico importante vem do fato de que, em um sistema urbano, as aglomerações são, todas, objetos geográficos ou, ainda melhor, uma coleção de objetos geográficos, isto é *formas*.” Ainda em Santos, M. (2002, p.66): “[...] objetos fixos: uma ponte, uma casa, um porto, uma estação de estrada de ferro, uma usina hidroelétrica, uma cidade, um campo, uma plantação são, pelos geógrafos, considerados objetos geográficos.”

envolveram com a construção da forma e da paisagem urbanas. No Pós-Guerra, em fins da década de 1940, se estabelecem críticas à cidade dispersa pelo zoneamento funcional, buscando a re-centralização onde possa se manifestar o *sentido da comunidade* (ARANTES, 2000). No Brasil, especificamente, apesar das diversas experiências de desenho urbano (Serra do Navio, Brasília), o planejamento se distancia da prática de projeto, restringindo-se à elaboração de planos e seus respectivos índices. As formas geradas são resultantes de legislação específica aplicada por diversos agentes ou decorrentes da atuação informal de seus habitantes. De qualquer modo, o desenho intencional de trechos urbanos ficou restrito às ações pontuais.

Os aspectos funcionais, quantitativos, qualitativos, ambientais, figurativos ou estéticos da forma urbana estão associados e assim devem ser considerados no processo de observação da cidade, mas também, conforme Hepner (2010, p.28)², “[...] a interpretação desses aspectos depende [...] principalmente do contexto sócio-econômico e cultural, ou seja, da ‘dupla morfologia’ existente na cidade”. Trata-se, cabe reiterar, da consideração da forma urbana como processo.

Os aspectos propositivos e práticos da morfologia urbana advêm do fato de buscar soluções para os problemas urbanos considerando as características quantitativas, de organização funcional e as características qualitativo-estéticas. Para tanto, há de considerar inúmeras variáveis como: o sítio (indissociável da produção das formas urbanas); os limites espaciais da mancha urbana; os vários elementos das escalas da rua, da cidade; o tipo de pavimento; os tipos de edifícios; os cheios e os vazios da cidade; etc. Todas as variáveis referentes aos espaços livres urbanos.

A investigação sobre a forma espacial urbana pelo urbanismo passa pela consideração do Desenho Urbano, como disciplina que tradicionalmente a estuda. Tal campo disciplinar ressurge com autonomia, formalmente reconhecido, em meados do século XX decorrente das críticas ao urbanismo moderno que levam às novas abordagens conceituais sobre a cidade. Nestas últimas décadas, são muitas as contribuições teóricas e instrumentais para o Desenho Urbano, constituindo diversas vertentes e áreas de concentração que não apenas as da arquitetura e urbanismo.

Quatro abordagens do Desenho Urbano relacionado à forma urbana podem ser identificadas (HEPNER, 2010): metodológica (DEL RIO, 1990), epistemológica (MOUDON,

² Apud LAMAS, José M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian, 1993, p.44.

1992); a pragmática (CARMONA et al, 2003) e crítica (CUTHBERT, 2006).

Na “abordagem metodológica”, o Desenho Urbano é vinculado ao processo de planejamento, e conseqüentemente, às políticas públicas. Estrutura-se a partir do trabalho do psicólogo ambiental David Canter (1977), no qual o espaço é percebido e interpretado pelo homem segundo três esferas distintas: “os atributos físicos dos espaços, as atividades ou usos que lhe são atribuídos, e as concepções ou imagens geradas sobre estes espaços” (HEPNER, 2010, p.51). Partindo destas esferas, Del Rio (1990) estabelece quatro categorias de análise do espaço urbano: i) morfologia urbana, ou atributos físicos; ii) comportamento ambiental, ou as atividades e usos que estabelecem a relação entre o homem e o espaço urbano; iii) análise visual e iv) percepção ambiental. Embora a formulação destas categorias não seja original de Del Rio, a importância de seu trabalho está na estruturação de metodologia que permite incorporar o desenho ou projeto urbano - como leitura da forma urbana - ao planejamento urbano, e isso considerando as particularidades das cidades brasileiras.

A “abordagem epistemológica” busca identificar, reunir e sistematizar todas as áreas de concentração pertinentes ao desenho da forma urbana, adotando visão mais ampla possível, ao invés de convicções, concepções e paradigmas individuais. Moudon define nove áreas de concentração dos estudos: i) história urbana: analisa a estrutura e forma das cidades, e seus processos de transformação; as principais obras são de Mumford (1961), Benevolo (1980), Morris (1979), Kostof (1991); ii) estudos pitorescos: enfocam os atributos visuais das cidades e a paisagem urbana; a principal obra é a de Cullen (1961), além dos trabalhos pioneiros de Sitte (1889) e Unwin (1909); iii) estudos imagéticos: tratam dos processos cognitivos relacionados com a vivência e reconhecimento do espaço urbano; a principal obra é a de Lynch (1960), incluindo ainda Ashihara (1983); iv) estudos ambiente-comportamento: relacionados à psicologia e sociologia, avalia como o comportamento humano e as relações sociais são afetados pelo espaço segundo sua configuração formal, funcional e figurativa enquanto possibilismo e probabilismo ambiental, refutando o determinismo ambiental; as principais obras são de Lang (1987), Rapoport (1977) e Gehl (1987); v) estudos do lugar: com enfoque fenomenológico, baseado na experiência individual, segundo aspectos emocionais, detêm-se nos ambientes vernaculares e manifestações culturais; a principal obra é de Norberg-Schulz (1980), incluindo ainda Whyte (1988) e Lynch (1981); vi) estudos da cultura material: com enfoque antropológico, concentra-se no estudo dos objetos (de utensílios ao ambiente construído) para entender a partir deles a sociedade e a cultura que os produziu; a

principal obra é a de Venturi (1977), mas cabe também citar a de Jackson (1980); vii) estudos tipo-morfológicos: analisa a forma urbana segundo seus atributos físicos, os sistemas de relações espaciais e volumétricas que a estruturam, o processo evolutivo e como é gerada pela sociedade; as principais obras são as de Rossi (1966), Aymonino (1975) e Krier (1979); viii) estudos espaço-morfológicos: concentram-se nas características fundamentais da geometria urbana, elencando elementos ou unidades espaciais e como estes se conjugam, gerando a forma urbana; as principais obras são as de Alexander (1971, 1977); Hillier & Hanson (1984) e Hillier (1996); ix) estudos natural-ecológicos: entendem a ecologia urbana como componente fundamental no desenho urbano; as principais obras são as de McHarg (1969), Spirn (1984) e Hough (1995).

A “abordagem pragmática” busca orientar o entendimento e a atuação de profissionais ligados ao desenho urbano através de amplas contribuições teóricas e práticas, ainda que partindo de experiências norte-americanas e britânicas e possibilita a transposição da teoria à prática através de três aspectos: i) o contexto de atuação: *contexto local* (particularidades incluindo características ambientais, climáticas, suporte físico, disponibilidade de recursos e tecnologia, relações sociais, necessidades materiais, cultura da população), *contexto global* (como o ambiente urbano local se relaciona com o meio ambiente global, ou “sustentabilidade” ambiental), *contexto do mercado* (formas de produção de espaço urbano, centrado principalmente na iniciativa privada), *contexto regulatório* (como o setor público regula e fiscaliza a estrutura legal que orienta a ação privada, ou políticas públicas); ii) as dimensões da intervenção: é o desenho urbano manifesto e percebido nos aspectos da realidade, através de seis dimensões – *morfológica, perceptual, social, visual, funcional e temporal*; iii) as formas de implementação: processo de transposição do desenho urbano à realidade, que sempre deriva das intenções originais devido às alterações de contexto e incongruências entre as diferentes dimensões do próprio desenho urbano. São três os processos, todos interligados – *processo de promoção* (construção e adaptação do ambiente urbano para atender finalidades diversas, envolvendo diferentes agentes), *processo de controle* (papel desempenhado pelo setor público e suas ações regulatórias com reflexos na qualidade do ambiente urbano) e *processo de comunicação* (como concepções e projetos de desenhos urbanos são apresentados, discutidos e encaminhados pelos diferentes agentes, na esfera pública e privada).

A “abordagem crítica” define o Desenho Urbano como processo pelo qual a sociedade dá forma ao espaço que habita, atribuindo ao ambiente construído significados e

valores. Sua proposta relaciona os diversos fatores envolvidos nos planos: social, econômico, político, cultural, e ideológico, buscando compreender como afetam a produção do espaço urbano de maneiras ainda pouco esclarecidas. São dez os eixos temáticos, integrados de acordo com perspectiva crítica proposta por Cuthbert (2006): *teoria* (desenho urbano como construção teórica), *história* (o que se pode aprender da história para o desenho urbano), *filosofia* (sistemas de significados informados pelo processo urbano), *política* (sistemas de valores e compromissos envolvidos no desenho das cidades), *cultura* (como sociedade e cultura dão origem à forma urbana), *gênero* (como este influencia o desenho urbano), *ambiente* (implicações do mundo natural), *estética* (reino dos sentidos em relação à forma urbana), *tipologias* (formas organizacionais identificadas no desenho das cidades), *pragmática* (o que os desenhadore urbanos devem conhecer).

Essas quatro abordagens, bem agrupadas por Hepner (2010), apresentam o estado da arte do estudo tradicional da forma no urbanismo (pela disciplina de Desenho Urbano). Nossa ênfase, entretanto, é na produção e apropriação da forma da cidade a partir dos espaços livres urbanos.

Da forma espacial urbana e dos sistemas de espaços livres

A forma não tem existência autônoma³. Esta é a primeira assertiva a se fazer quando se propõe investigação sobre qualquer tipo de forma. O reconhecimento da importância da forma no processo socioespacial significa compreendê-la como categoria analítica do espaço. Não se trata, portanto de “formalismo” versus “funcionalismo”, versus “estruturalismo”, mas de compreensão do movimento dialético que se estabelece entre as categorias analíticas do espaço. Neste sentido, refletindo sobre a dinâmica da totalidade espacial, Santos (1985, p. 49-59) propõe a idéia da dialética entre forma, função, estrutura e processo: a *forma* desempenha a *função* ditada pelo presente, ou seja, pelas urgências da *estrutura* social do presente, que em movimento compreende a idéia de *processo*. O avanço analítico do autor levou-o a elaboração do conceito síntese de *forma-conteúdo* que uniria “[...] o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social.” (SANTOS, 2002, p.103). Sistematização que reforça a assertiva: a forma não é autônoma.

³ Santos, M. (2002, p. 99) explicita: “Para alcançar o conhecimento, a forma nos dá um ponto de partida, mas está longe de nos dar um ponto de chegada, sendo insuficiente para oferecer, sozinha, uma explicação.”

O espaço livre é inerente à forma urbana. A cidade brasileira deste início de século tem configuração bastante distante daquela existente nos anos 1980 quando estiveram no auge os estudos da forma urbana no País. A forma é derivada tanto do crescimento em extensão e população, como pela introdução de novos modelos urbanísticos como: os loteamentos fechados e condomínios de grande porte; as áreas industriais ao longo de estradas e afastadas dos grandes centros; as vastas áreas de habitações precárias imersas no tecido urbano; os parques lineares e as grandes orlas tratadas; as novas áreas centrais e a verticalização extensiva que extrapola as antigas áreas verticalizadas e se espalha por amplas áreas da malha urbana.

Com certeza os fatos mais importantes das duas últimas décadas são o aumento exponencial e constante da frota de veículos automotores, a ampliação das redes de estradas e a adaptação cada vez maior das redes viárias urbanas ao automóvel, ao ônibus e ao caminhão, com os inerentes conflitos criados.

Nota-se o crescimento da demanda pela arborização e pela inserção da vegetação na cidade ao mesmo tempo em que se percebe que nem nos bairros de alta renda ela é privilegiada. Mesmo a introdução na legislação, na década de 1990, da figura da APP⁴ urbana pouco melhorou este estado de coisas, criando estoques de terras públicas, que um dia, talvez, serão tratados e utilizados pela população. A arborização de rua, assim como a vegetação de porte, como matas, bosques, etc. são elementos estruturadores da forma e da paisagem urbana do mesmo modo que as construções e o suporte físico, mas tal fato não é considerado importante no cotidiano urbano.

Por outro lado sua existência como elemento de conservação de dinâmicas ecológicas é apregoada por ambientalistas, sendo inegável a importância na constituição de micro climas e nas áreas de drenagem urbana de um país tropical como o Brasil.

Se a forma da cidade é importante em termos da definição e qualificação (gestão) das áreas de habitação, trabalho, lazer e proteção de recursos ambientais, por outro lado tem sido desqualificada como objeto de análise, do mesmo modo que o são os espaços livres em geral. Exemplo disto é a ampla negligência, por parte do Poder Público e da população, na maioria das cidades brasileiras na constituição da rua, principal espaço livre urbano, com calçadas geralmente subdimensionadas e leito carroçável nem sempre apto à circulação adequada.

⁴ Áreas de Proteção Permanente.

Consideram-se os espaços livres como um dos principais estruturadores urbanos pois neles e por eles grande parte da vida cotidiana tem lugar, assim como são um dos principais palcos dos conflitos e acordos da sociedade. O espaço livre público, a rua em especial, tem papel estruturador na constituição da forma urbana, pois reflete as formas de mobilidade, acessibilidade e circulação, parcelamento e propriedade da terra urbana.

O estudo da forma urbana não é considerado importante apenas para a definição e entendimento de padrões estéticos, mas sim pelo papel de contenedora da vida social e de interlocutora direta com as dinâmicas ecológicas pré-existentes e com o sítio de cada localidade.

Entende-se que existem formas típicas da cidade contemporânea brasileira, amálgama de influências do estrangeiro associadas a criações locais, cuja existência está atrelada à lógica de produção do mercado e do Estado. O entendimento destas nos permite elaborar crítica consistente do estado da arte e, portanto, o estabelecimento de métodos de análise e de critérios para futuras ações.

A forma da cidade brasileira está vinculada aos processos de produção, às formas de propriedade e parcelamento, aos padrões culturais, às desigualdades sociais e às características do suporte biofísico e climático. Mesmo no confronto de cidades de porte similar, pode-se afirmar a existência de especificidades locais, revelando que as formas urbanas não são mera decorrência das lógicas econômicas mais estruturais.

Por exemplo, favelas, parques e verticalização existem em todas as grandes cidades, mas sua constituição formal e espaços livres variam de acordo com a constituição socioeconômica da comunidade local, com as normas edilícias e com as práticas culturais específicas, podendo existir inclusive variações entre diferentes partes da mesma metrópole.

Pensa-se, apesar da diversidade, pela experiência acumulada, que é possível estabelecer e detectar lógicas de produção, padrões e tipos específicos de tecido urbano, de sistemas de espaço livres e padrões de parcelamento que mostrem a realidade urbana nacional.

A forma da cidade brasileira

A cidade brasileira não tem absolutamente uma forma padrão e esse fato pode ser constatado, primeiramente, pela configuração de sua mancha urbana e da inserção desta

no suporte físico, que criam somente por estes quesitos paisagens diferentes. Entende-se como mancha a área construída contida dentro do perímetro de uma urbanização podendo esta ter formas e portes diversos de acordo com a escala: lugarejo, cidade ou metrópole. Estas podem ser classificadas como:

1. Lineares – encontradas em meio a vales, serras e terrenos de alta declividade, orlas marinhas e fluviais e ainda ao longo de estradas;
2. Compactas – cidades cujo crescimento se dá pela adição de segmentos urbanos de maneira contínua e concêntrica;
3. Tentaculares – estruturadas por um núcleo central, compacto do qual irradiam braços de urbanização ao longo de eixos viários ou corpos d’água;
4. Mistas – estruturas que congregam dois ou mais tipos listados.

Estas denominações são apenas referências para uma classificação mais detalhada de acordo com os sistemas de espaços livres e a mancha urbana como um todo (Figuras 1-4). São elas:

1. Sistema de espaços livres inserido em mancha urbana compacta, caso de cidades como São Paulo e Belo Horizonte (Figura 1);



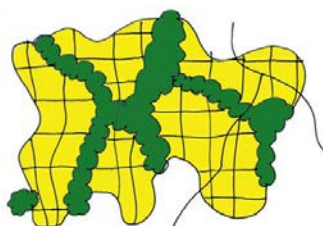
2. Sistema de espaços livres inserido em mancha urbana descontínua fragmentada, dispersa em duas ou várias unidades, caso da metrópole de Campinas (Figura 2);



3. Sistema de espaços livres inserido em mancha urbana descontinuada totalmente ou em parte por elementos naturais de grande porte, caso do Rio de Janeiro e Florianópolis em sua porção insular (Figura 3);



4. Sistema de espaços livres inserido em mancha urbana descontínua fragmentada total ou parcialmente por elementos naturais pulverizados, caso de Palmas ou Manaus, abaixo (Figura 4).



No caso de descontinuidade, esta se dá pela inserção de elementos naturais diversos tais como estuários, lagoas e dunas ou por elementos de cobertura de porte como bosques, e florestas. Muitas dessas formas podem permanecer ao longo dos tempos devido às limitações ao crescimento impostas pelo relevo e águas, até aquelas que se alteram rapidamente com o espraiamento urbano por áreas nas quais os obstáculos do suporte físico são modestos.

Grandes metrópoles exigiram a superação de barreiras físicas para seu crescimento como São Paulo e a erradicação/drenagem de extensas áreas alagadiças ao longo da calha dos principais rios que correm pelo planalto onde se situa. Já o Rio de Janeiro teve sua área plana obtida por aterros que ganharam terras do mar, de alagadiços e de manguezais, tendo assim a feição de sua mancha urbana alterada por meios técnicos.

Cada mancha urbana contém um conjunto de tecidos urbanos e um sistema de espaços livres particular, que guarda entre si características similares devido as suas condições de formação e padrões culturais, urbanísticos, paisagísticos e econômicos. As figuras acima mostram os elementos constantes nos sistemas, sendo os diversos tecidos urbanos por quadriculas que representam o sistema viário, e são ainda recortadas por manchas que representam vegetação de porte e/ou parques e praças ou corpos d'água.

Naturalmente tais esquemas são simplificações, mas representam as possibilidades estruturais em que se pode apresentar a forma urbana de uma determinada cidade no contexto brasileiro.

Dos agentes produtores das formas urbanas e suas ações

A análise da forma urbana, interna e externa, deve ser entendida segundo a lógica de produção do espaço urbano. Os agentes sociais se articulam e também se defrontam para prover e reproduzir espaços livres e edificados, ou seja, reproduzir formas segundo uma estrutura de produção, distribuição, circulação e consumo específicas. Os principais agentes seriam, sejam eles públicos ou privados: os proprietários fundiários, os promotores imobiliários (ou incorporadores), os financiadores, os construtores, além dos grupos que se denomina de excluídos.

As ações que levam à transformação da forma urbana e, portanto, de seus espaços livres e estruturas morfológicas, podem ser divididas em formais e informais. Com relação às ações formais, estas são programadas integralmente, caso raro, como Brasília em seu Plano Piloto, com amplo controle do Estado ou planejadas parcialmente com uma sugestão de direcionamento, por meio de planos gerais, *master plans*, etc., mas estruturadas por agentes privados, com grande liberdade ou total de localização, sob a regulação de um plano diretor, legislações de zoneamento, códigos de obras, etc.

As ações informais são baseadas em padrões e estratégias conhecidos e regularmente aplicados pela população em geral e, comumente, são responsáveis por extensos segmentos do tecido urbano, sendo ações comuns como, por exemplo, agregação de construções ao longo de caminhos e acessos e pela ocupação de bordas de dunas, manguezais, corpos d'água, etc.

Os agentes listados podem exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e zoneamento urbano; têm importância nas operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção física, comercialização e transformação dos imóveis urbanos (CORRÊA, 1989, p.19-20). O que se constata é que os agentes privados e públicos atuam de maneira individualizada ou associativa entre si no processo de produção do espaço urbano.

No Brasil, a ação do mercado imobiliário se concentrou até meados da primeira década do século XXI no provimento de imóveis privados destinados aos segmentos de maior renda. A partir de então programas voltados à construção de imóveis, sobretudo residenciais, são criados para as camadas de menor poder aquisitivo anteriormente atendidos, majoritariamente, por ações do Poder Público.

O Estado brasileiro é um mediador não isento de interesses e tem comportamento e composição variáveis no tempo e no espaço. Na intermediação do jogo de forças da sociedade, atua por meio de intervenções diretas, seja como empresário, consumidor de espaços e localizações específicas, como proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso e ocupação do solo urbano por meio de legislação pertinente. Atua ainda com ações fiscais que envolvem recursos, entre elas a tributação, e ainda liberando subsídios. É o maior produtor, por excelência, e gestor dos espaços livres públicos.

Considerações finais

O conhecimento dos processos de produção da forma urbana e dos sistemas de espaços livres segue interesses que dependem do funcionamento do Estado, nas suas diferentes instâncias (federal, estadual, municipal) e da iniciativa privada (mercado formal e informal).

Tal conhecimento exige buscar a compreensão do papel dos principais agentes da produção dessa forma, como meio de procurar propor critérios de qualidade e gestão (planejamento, projeto, implantação e manutenção) que considerem as especificidades locais, do clima às manifestações culturais, e as possibilidades de arranjo dos espaços livres e edificados integrantes do sistema espacial quanto às suas formas, funções e apropriações, por meio do estabelecimento de princípios teóricos e da consolidação de métodos de avaliação contribuindo para as diversas escalas de planejamento e de projeto do espaço urbano, com ênfase na vida pública.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, C. (1997) La ciudad no es un árbol. *Cuadernos Summa – Nueva*

Vision, n.9, p.20-30. Buenos Aires, 1971. ALEXANDER, Christopher et al. *A pattern language*. New York: Oxford University Press.

ARENDT, Hannah. *A condição humana* (1991). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. (2000) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

ASHIHARA, Y. (1983). *The aesthetic townscape*. Cambridge Mass: MIT Press.

AYMONINO, C. (1984). *O significado das cidades*. Lisboa: Editorial Presença.

BENEVOLO, L. (2003) *História da cidade*. São Paulo: Perspectiva.

CANTER, D. (1977). *The psychology of place*. London: Architectural Press.

CARMONA, M. et al. (2003). *Public place. Urban spaces: the dimensions of urban design*. Oxford: Burlington: Architectural Press.

CONZEN, M. P. (2004) *Thinking about urban form: papers on urban morphology 1932-1998*. Oxford: Peter Lang.

CORRÊA, R. L. (1989). *O espaço urbano*. São Paulo: Ática.

COSTA, L. M. S. A. (Org). (2006) *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB.

CULLEN, G. (1983). *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70.

CUSTÓDIO, V. et al (2011) 'Planejamento Urbano e realização da esfera pública geral nos sistemas de espaços livres de cidades médias e metrópoles brasileiras', in *XIV Encontro Nacional da ANPUR*. (ANPUR, UFRJ, UFF, Rio de Janeiro) 1-12.

CUTHBERT, A. (2006). *The form of cities: political economy and urban design*. Malden: Oxford; Victoria: Blackwell Publishing.

DEL RIO, V. del. (1990). *Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento*. São Paulo: Pini.

GEHL, J. *Life between buildings: Using public space*. (1987). New York: [s.n.].

HABERMAS, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

—. (2007). *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 3. ed. São Paulo: Loyola.

HEPNER, A. (2010). *Desenho urbano, capital e ideologia em São Paulo: centralidade e forma urbana na marginal do rio Pinheiros*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

Urbanismo), 2010. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

HILLIER, B.; HANSON, J. (1984). *The social logic of space*. Cambridge University Press.

HILLIER, B. (1996). *Space is the machine: a configurational theory of architecture*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOUGH, M. (1995). *Cities and natural process*. London: Rutledge.

JACKSON, J. (1980). *The necessity for ruins and other topics*. Amherst University of Massachusetts Press.

KOSTOF, S. *The city shaped: urban patterns and meanings through history*. (2002). Boston: Bullfinch Press / little Brown.

KRIER, R. (1979). *Urban space*. New York: Rizzoli International Publications.

LANG, J. (1987). *Creating architectural theory: the role of the behavioral sciences in environmental design*. New York: Van Nostrand Reinhold.

LYNCH, K. *A theory of good city form*. (1981). Cambridge, Mass. London: The MIT Press.

— . (1997). *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

MACEDO, S. M. et al (2011). 'Sistemas de espaços livres privados – o outro lado do sistema de espaços livres urbanos: reflexões preliminares', in MACEDO, S. M. et al (Org.) *Sistemas de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens* (FAUUSP, São Paulo) 33-53.

MCHARG, I. (1971). *Design with nature*. Philadelphia: Falcon Press.

MAGNOLI, M. M. E. M. (1982). *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOLES, A. (1971). *Les objetos*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporâneo.

MORIN, E. (2008). *O método 1: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina.

MORRIS, A. (1979). *History of urban form*. Before the Industrial Revolutions. London: Longman.

MOUDON, A. V. (1992) A catholic approach to organizing what urban designers should know. In: CUTHBERT, Alexander. (2003). *Designing cities: critical readings in urban design*. Malden: Oxford; Victoria: Blackwell Publishing.

MUMFORD, Lewis. (1989). *The city in history*. New York: Harcourt books.

NORBERG-SCHULZ, C. (1980). *Genius Loci: Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli International Publications.

QUEIROGA, E. F. et al. (2009). Os espaços livres e a esfera pública contemporânea: por uma conceituação considerando propriedades (públicas e privadas) e apropriações. In: TÂNGARI, V. ; ANDRADE, R.de; SCHLEE, M. (Org.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, v., p. 84-99.

RAPOPORT, A. (1977). *Human aspects of urban form: towards a man-environment approach to urban form and design*. Oxford: Pergamoin Press.

ROSSI, A. (2001). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.

SANTOS, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.

— . (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp.

SITTE, C. (1992). *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática.

SPIRN, A. (1995). *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp. [1984].

UNWIN, R. (1994). *Town planning in practice: an introduction to the art of designing cities and suburbs*. New York: Princeton Architectural Press.

VENTURI, R. et al. (2003). *Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica*. São Paulo: Cosac & Naify.

WHYTE, W. (1988). *The social life of small urban spaces*. New York: Project for public spaces.